



CT&I, EDUCAÇÃO E CULTURA

PLANO DE GOVERNO

2 0 2 3 ★ 2 0 2 6

PRA SEGUIR EM FRENTE

Helder GOVERNADOR **15**
VICE HANA

SUMÁRIO

PARTE 1

PRA SEGUIR EM FRENTE

PARTE 2

2.1 SOCIEDADE DE DIREITOS

Educação

Saúde

Segurança

Cultura

2.2 CRESCIMENTO INTELIGENTE

Meio Ambiente

Desenvolvimento Econômico

Desenvolvimento Social

Desenvolvimento Urbano, Habitação, Saneamento e Mobilidade

Infraestrutura e Logística

2.3 TRABALHO COM RESPONSABILIDADE

Equilíbrio Fiscal

2.4 GESTÃO PÚBLICA PRESENTE

Modernização Institucional

PARTE 1

PRA SEGUIR EM FRENTE

Quando o Povo do Pará foi às urnas em 2018, estava esperançoso por mudanças. Assim, nos deu seu voto de confiança e a missão de transformar a realidade do nosso Estado. Realizar sonhos de todos os cidadãos paraenses, apoiando o programa de governo ***O Pará daqui pra frente.***

Iniciamos a gestão em 2019 para fazer nosso povo ter, novamente, orgulho de viver na nossa terra. Para tanto, nossa primeira iniciativa foi fazer com que as pessoas sentissem a presença do Estado, de seu Governador. A posse do Governo ocorreu em Belém, Santarém e Marabá. A mensagem era clara: presença em todo o Estado. Onde houvesse um paraense lá estaria o Governo. E assim foi ao longo desses quase quatro anos - enfrentamos os problemas historicamente enraizados nos 144 municípios do Estado.

Desde o primeiro dia de governo, cumprimos os compromissos com a segurança, para tirar o Estado do Pará da lista dos mais violentos do país. Presença da polícia nas ruas de um lado (foram mais de 7 mil concursados nas forças de segurança), presença do Governo de outro, com políticas de educação, saúde, qualificação profissional, cultura, esporte e lazer. A frota da polícia foi totalmente renovada, os policiais receberam novos equipamentos, como coletes, armamento e munição. Mas o olhar social cumpriu seu papel com o programa Ter Paz. E avançamos mais, implantando um equipamento que é destaque em todo o país: as Usinas da Paz. Provamos que é possível entregar o que há de melhor para as comunidades mais vulneráveis – reduzindo as desigualdades sociais.

Enfrentamos um desafio mundial, a pandemia, com coragem e honestidade. Falando sempre a verdade, apoiados na ciência e sem omissão. Abrimos milhares de leitos clínicos e de UTI, hospitais de campanha, vacinas. Parte de esforço virou legado: hoje o Pará tem 4.406 leitos clínicos e 763 leitos de UTI. Destinamos mais de 1,5 bilhão de reais em programas de assistência social, como o Renda Pará, Fundo Esperança, Água Pará, Reencontro com a Escola, Vale Gás, Incentiva Mais Pará e Bora Belém. Com este apoio, as pessoas mais vulneráveis resistiram com dignidade às consequências da pandemia.

Na educação cumprimos nosso maior compromisso: o pagamento do piso nacional do magistério, que praticamente dobrou desde o início de nossa gestão. Até o fim do nosso Governo entregaremos à população 125 escolas totalmente reconstruídas. Criamos o programa Creches por Todo o Pará, dobramos o número de escolas de tempo integral, além de muitas outras ações visando à melhoria da qualidade do ensino.

Na Saúde, além do combate à pandemia, foram concluídos e inaugurados 6 hospitais, 3 policlínicas e 2 núcleos com serviços voltados a pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Estão em fase de construção o Hospital da Mulher e o Pronto Socorro de Belém. Conseguimos reduzir os índices de mortalidade infantil, duplicamos o co-financiamento da atenção básica. Diminuímos os índices de gravidez na adolescência, quadruplicamos os equipamentos de hemodiálise em todo o Estado, aperfeiçoamos a rede de atendimento em oncologia, melhorando os diagnósticos e salvando vidas.

Nosso governo foi marcado por expressivos avanços na agenda de Meio Ambiente, a começar pelos marcos legais essenciais para temas sensíveis, como Mudanças Climáticas, Gerenciamento Costeiro, Bioeconomia, Unidades de Conservação e Combate ao Desmatamento. Implantamos o Programa Territórios Sustentáveis, ampliamos o Programa Regulariza Pará, e criamos instrumentos de incentivo como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o Banpará-Bio.

Na Infraestrutura, fizemos o maior investimento da história. Recuperamos e construímos estradas, chegando a 1.500 quilômetros de obras. Construímos pontes, aeródromos e entregamos 16 terminais hidroviários. Interligamos as distantes regiões, saímos de uma situação de precariedade e plantamos as sementes para atração de novos investimentos e a consequente geração de empregos.

O Pará não é mais o mesmo, saímos do atraso e estamos no rumo certo. Unidos, enfrentamos uma pandemia e saímos dela mais fortes. Foram dias difíceis, de luta, mas somos um dos estados que mais geram emprego e oportunidades. Um dos governos que mais cumpriram compromissos, avançaram nos investimentos e garantiram o equilíbrio das contas públicas. Os pilares do desenvolvimento estão fincados.

Mas é preciso fazer muito mais. E este é o sentido de nossa candidatura e deste programa de Governo. Seguir em frente, conquistar muito mais, vencer os desafios que estão postos para a nossa população.

Para isso, apresento a vocês nosso PLANO DE GOVERNO “PRA SEGUIR EM FRENTE” com as principais propostas para os próximos quatro anos.

#Bora trabalhar!

HELDER BARBALHO

PARTE 2

2.1 SOCIEDADE DE DIREITOS

EDUCAÇÃO

A Educação pública e de qualidade deve ser compromisso de qualquer governo. Com essa premissa foram conduzidos os investimentos e ações no período de 2019 a 2022. Juntamente com a comunidade escolar, implementamos nossos compromissos assumidos para o mandato que se encerra no corrente ano. Embora o período pandêmico tenha sido de prejuízos irreparáveis à educação, com a interrupção de aulas presenciais, buscamos a superação destas dificuldades, avançando de forma inédita na valorização do professor, em seus diversos aspectos, como salário e formação; na reestruturação da rede física; na implementação de programas estruturantes para o aprendizado, como o reforço escolar, dentre outras atividades. Podemos destacar entre as principais realizações:

- Construção ou reforma de 125 escolas em todas as regiões do Estado;
- O Estado passou a pagar o Piso Nacional do Magistério, reconhecendo a importância do profissional da educação como instrumento essencial para a melhoria da qualidade de ensino;
- Nomeamos mais de 2.000 professores aprovados em Concurso Público;
- Busca Ativa Escolar, para o monitoramento do acesso e da permanência do aluno, com a realização do levantamento e identificação de crianças e adolescentes em risco de evasão ou que já estavam fora da escola, bem como suas respectivas causas, em parceria com o UNICEF, implantando o REENCONTRO COM A ESCOLA, que disponibilizou bolsa em parcela única aos alunos com frequência mínima e compromisso de sua manutenção na rede;
- Fortalecimento do Ensino em Tempo Integral, em que dobramos o número de estabelecimentos de ensino nesta modalidade;
- Criação do programa CRECHE POR TODO PARÁ, que em regime de colaboração com os municípios levará ensino infantil de qualidade a todos os municípios do Pará.
- Intensificação das ações do Centro de Formação dos Profissionais de Educação Básica do Estado do Pará (CEFOP), através da política de formação continuada dos profissionais da educação. Assim, foram atendidos 10.742 profissionais da educação com a formação continuada;
- Criação do Primeiro Centro de Atendimento Especializado de Educação Especial, da rede estadual, que oportuniza a ampliação de atendimento especializado a estes alunos, com atividades que envolvem a saúde, o aluno e a família.
- Criação do PRÉ-ENEM, em três modalidades presenciais, com a criação do Polo Metropolitano PRÉ-ENEM, PRÉ-ENEM Digital, em que o conteúdo programático é disponibilizado através de internet e outras redes, e o ENEM itinerante, com a realização de atividades por equipe especializada, dentro das escolas e das Usinas de Paz.

Propostas Estruturantes:

REFORMAR, CONCLUIR E CONSTRUIR ESCOLAS – Avançar com os investimentos na infraestrutura da rede estadual, sempre levando em conta as reais necessidades da comunidade estudantil.

ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE E INCLUSIVO – Dar continuidade a adequação da estrutura e infraestrutura da rede escolar, bem como dos equipamentos didáticos e paradidáticos, garantindo o atendimento de alunos que necessitem de educação especial, de forma a possibilitar o acesso irrestrito a todas as pessoas que procurem a escola, interiorizando o CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, para as cidades polos das mesorregiões do Estado.

ENSINO TÉCNICO – Ampliar a rede de Escolas Técnicas, priorizando a criação de cursos técnicos que atendam à demanda das atividades econômicas, a partir do diagnóstico vocacional das regiões do Estado.

ENSINO BÁSICO - Apoiar os municípios no ensino fundamental e aperfeiçoar e ampliar a oferta do ensino médio, combatendo principalmente o analfabetismo funcional.

EDUCAÇÃO INFANTIL – Continuar a execução do programa “CRECHES POR TODO O PARÁ”, tanto no campo como na cidade, minimizando, para as novas gerações, as distorções de idade e série, em parceria com as prefeituras.

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL – Dar continuidade à ampliação do número de escolas em tempo integral, visando à maior permanência do aluno na escola, buscando, por meio da ampliação da base curricular, introduzir práticas de atividades esportivas, culturais, científicas etc., objetivando sempre despertar no aluno o interesse pelo aprendizado.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - Intensificar as ações na área de combate ao analfabetismo, fortalecendo os programas e projetos que visam reverter os altos índices verificados em nosso Estado.

PROFISSIONAIS DO ENSINO – Persistir nas políticas de valorização do magistério e dos profissionais do ensino, através do diálogo contínuo e institucional com os órgãos de representação dos profissionais da educação.

EDUCAÇÃO NO CAMPO – Implementar as devidas adequações às peculiaridades da vida rural e de cada região em relação aos conteúdos curriculares, metodologias e organização escolar.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL – Incluir na grade curricular a Educação Ambiental com o objetivo de desenvolver nos alunos e futuros cidadãos a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas.

POLÍTICA ESTADUAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO – Implementar a Política através de um currículo voltado para a área da Inovação Tecnológica, Letramento digital e Pensamento Computacional.

PROJETO WEB ESCOLA – Modernizar os sistemas de fornecimento e distribuição de internet em alta velocidade para uso pedagógico em todas as unidades da rede estadual, disponibilizando internet de qualidade, tablets para alunos e notebooks para os professores.

AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS SOB SUPERVISÃO MILITAR – Desenvolver atividades planejadas que compreendem o controle fora de sala, o auxílio na questão disciplinar e um trabalho de prevenção às drogas e à violência e oferecendo um ambiente saudável e seguro para os alunos, e no entorno das escolas.

ENSINO SUPERIOR – Promover, ampliar e interiorizar o ensino superior no Estado como forma de intensificar o desenvolvimento econômico, tecnológico, cultural e social, priorizando as necessidades específicas das diversas regiões, potencializando o ensino superior como forma de indução do desenvolvimento humano, através da expansão e ampliação da rede física da UEPA e da articulação com o Governo Federal para implantação de novos cursos em sintonia com as necessidades regionais.

SAÚDE

Para a elaboração do Plano de Governo, é importante aferir a qualidade do serviço através de indicadores, comparando, especificamente o período de 2014 a 2018, com os resultados na gestão de 2019 a 2022, sendo possível então identificar se as medidas adotadas estão surtindo os efeitos necessários para uma gestão com qualidade e eficácia para que então se possa traçar planos para aumento de metas.

Diante disto, verificou-se que até o ano de 2019, o Estado do Pará ocupava a última posição no ranking de mortalidade materna no Brasil e, a partir do desdobramento das ações do “Pacto pela Redução da Mortalidade materno-infantil”, em 2021 o Estado passou a ocupar a 11ª colocação dentre os 27 estados da federação, onde, nos últimos três anos, verificou-se a queda do indicador de Mortalidade Infantil (0 a 1 ano), com redução em 12,2% no último ano, demonstrando que esta Política Pública promoveu ganhos para a saúde das mulheres e das crianças.

Quanto às ações implementadas referente à saúde do adolescente, realizadas em todas as regiões do Estado, prestando apoio aos municípios por meio de assessorias e capacitações que beneficiaram ao longo dos três últimos anos 1.848 profissionais da atenção básica, educação, assistência social e sociedade civil, o que impactou no declínio dos indicadores da gravidez na adolescência.

O Governo do Estado promoveu vultosos investimentos, duplicando o cofinanciamento da atenção básica, aumentando 55,33% a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica. Durante o período de 2018-2021, observou-se o aumento do cofinanciamento, que dobrou o investimento mediante alcance das metas do Pacto pela redução da mortalidade materno-infantil do Estado do Pará, em comparação ao exercício de 2014-2018.

Outra importante estratégia adotada pelo Estado foi a descentralização de serviços para várias regiões, destacando o de terapia renal substitutiva (Hemodiálise), que passou de 103 equipamentos em 2018 para 394 em 2022, disponibilizando o atendimento em 9 regiões (Baixo Amazonas, Tapajós, Xingu, Araguaia, Carajás, Lago do Tucuruí, Marajó, Baixo Tocantins e Caetés).

Enfrentamos a pandemia da COVID-19, criamos mais de 2.000 leitos, abrimos

Hospitais de Campanha em Belém, Breves, Santarém, Marabá e Altamira e em parceria com os municípios de Parauapebas e Barcarena. Além disto, foram disponibilizados transportes de UTI aéreos, terrestres e fluviais, em todas as regiões. O Pará foi o segundo Estado da Federação que mais comprou vacinas e foi o quarto Estado com menor mortalidade decorrente da pandemia. O Pará é referência no combate à pandemia, salvando mais de 760.000 vidas, respeitando e cuidando das pessoas e da economia.

Propostas estruturantes:

HOSPITAIS REGIONAIS – Concluir os Hospitais Regionais de Tucuruí, Ourilândia do Norte na PA 279, Oriximiná e Rio Maria e ampliar as estruturas dos Hospitais Regionais da Transamazonica (Altamira), Araguaia (Redenção), Carajás (Marabá) e Baixo Amazonas (Santarém), Baixo Tocantins (Cametá) e São Caetano de Odivelas.

HOSPITAL PEDIÁTRICO DE ANANINDEUA – Concluir a reforma e ampliação do Hospital Pediátrico de Ananindeua.

MATERNAINFANTIL DE SANTAREM, MARABÁ, ALTAMIRA E BREVES – Concluir a construção dos hospitais materno-infantis.

HOSPITAL DO LESTE EM PARAGOMINAS – Construir o novo Hospital do Leste em Paragominas.

HOSPITAL DO CORAÇÃO ESTADUAL – Construir um centro de referência em procedimentos de alta complexidade em clínica médica, cardiologia, cirurgia cardíaca e hemodinâmica.

CONCLUIR O HOSPITAL PÚBLICO DA MULHER NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – para atendimento nas áreas de mastologia e ginecologia;

CONCLUIR O HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA AUGUSTO MONTENEGRO – Para atendimento de urgência e emergência.

NOVO OPHIR LOYOLA – Expandir e modernizar a infraestrutura e as instalações do hospital.

HEMOTERAPIA – Expandir a unidade central e eliminar o déficit de agências transfusionais através da abertura de novas unidades em todo Estado.

POLICLÍNICAS – Concluir as Policlínicas de Altamira, Breves, Marabá e Santarém, e implantar nas demais Regiões de Integração do Estado.

ATENÇÃO BÁSICA E PRIMÁRIA – Fortalecer a atenção primária e a cobertura da atenção básica nos municípios com parcerias que fomentem o apoio técnico e financeiro.

SISTEMAS DE GESTÃO INTEGRADOS - Fortalecer e implementar sistemas de gestão integrada a rede de saúde pública para otimização de reservas, atendimento clínico, consultas e exames.

NOVOS CIIR (CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO) NAS REGIÕES DO ESTADO – Implantar ações voltadas para as populações mais vulneráveis, além do fortalecimento e expansão da rede de atendimento.

PROFISSIONAIS DE SAÚDE - Ofertar aos municípios capacitações, treinamentos e valorização dos profissionais de saúde como forma de fortalecer a rede municipal de saúde, além de reforço nas ações voltadas para redução de doenças crônicas.

ONCOLOGIA – Concluir a implantação de serviço oncológico em Marabá e Castanhal, e expandir rede de atendimento em diversas regiões.

VIGILÂNCIA – Fortalecer as ações de vigilância em saúde, buscando cada vez mais a informatização dos processos como forma de transparência e agilidade.

VACINAÇÃO – Continuar garantindo a rápida distribuição das vacinas aos 144 municípios do Pará e apoiar nas ações de vacinação, para que todos os paraenses tenham a oportunidade de ter seu esquema vacinal em dia.

ATENDIMENTO AS PESSOA COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA - Ampliação das políticas públicas para melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e de suas famílias.

SEGURANÇA

Até o ano de 2018, o Estado do Pará se destacava de forma negativa no cenário da segurança pública nacional. Em 2017, Belém esteve entre as 10 cidades mais violentas do mundo (estudo da ONG mexicana *Seguridad, Justicia y Paz*). Tivemos ainda várias cidades do Estado, a exemplo de Ananindeua, Altamira, Marituba e Marabá, que foram incluídas entre as 20 cidades mais violentas do Brasil (IPEA, Atlas da Violência, 2017).

A partir da construção de um novo projeto de segurança pública e sua implementação no quadriênio 2019/2022, com o desenvolvimento de ações e estratégias, muitos avanços foram materializados em reduções nos indicadores de criminalidade, mais de 5.500 vidas foram preservadas.

O Pará, passou a ser reconhecido como a unidade da federação com maior redução dos índices de criminalidade no Brasil, conforme apontou o Monitor da Violência. Passamos a ser destaque nacional positivo na segurança.

Atualmente todos os 144 municípios do Estado possuem Delegados de Polícia, escrivãos e investigadores, disponibilizamos 2.000 novas viaturas para a polícia, 15.000 coletes balísticos, 9.500 armas, equipamentos de inteligência, drones, dentre outros.

Promovemos a valorização salarial dos profissionais de segurança e a contratação de mais de 7.600 novos agentes de segurança, através de concurso público.

Implantamos o Centro Integrado de Comando e Controle e ampliamos a capacidade operacional do CIOP Centro Integrado de Operações, fortalecendo a estrutura para atendimento 190.

Implantamos a Base Fluvial Integrada de Antônio Lemos em Breves, no Marajó e criamos a Diretoria Especializada em Combate a Corrupção e a Delegacia de Combate a Facções Criminosas

Implantamos o Programa Pró-Mulher, a partir de um conjunto de ações preventivas e repressivas no combate à violência doméstica.

Assim, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018-2021) – Especial 2022, destaca a Segurança Pública no Pará com os seguintes números, em relação a 2018:

- **Mortes Violentas Intencionais (MVI): QUEDA de 40,8%**
- **Homicídios Dolosos: QUEDA de 44,3%**
- **Latrocínio: QUEDA de 48,6%**
- **Feminicídio: QUEDA de 6,1%**
- **Letalidade das Polícias: QUEDA de 20,8%**
- **Vitimização Policial: QUEDA de 61,1%**
- **Crimes contra o Patrimônio: QUEDA de 57,3%**

Em complemento ainda é relevante destacar os Territórios Pela Paz, que se constitui em uma política pública já em implementação, e de ação integrada entre o Sistema Estadual de Segurança Pública – SIEDS e diversas secretarias e órgãos do Governo do Estado do Pará, para coibir ações criminosas e potencializar ações sociais e presença do Estado, em determinadas áreas definidas conforme levantamentos de inteligência e análise criminal.

Neste contexto a seguir são listadas as propostas necessárias para que o Estado do Pará continue avançando na gestão acertada, e nos excelentes resultados na área de Segurança Pública no período de 2023-2026.

CIDADES INTELIGENTES EM PARCERIA COM OS MUNICÍPIOS – ampliar o sistema de videomonitoramento com inteligência artificial, que inclui recursos como reconhecimento facial e leitor de placas de veículos, os quais podem ser integrados com o gerenciamento de serviços de segurança municipal, elevando a eficiência da atuação das forças de segurança pública nos Municípios.

COMBATE A CRIMES VIRTUAIS - Fortalecer a Diretoria de Combate a Crimes Tecnológicos, o que deve ser materializado com investimentos em equipamentos, aumento e treinamento do efetivo policial especializado.

POLÍCIA + FORTE – Ampliar a nova estrutura de ostensividade da Polícia Militar do Pará com uso de novas tecnologias, provendo o posicionamento de policiais e viaturas com a implantação dos chamados “Pontos Base Estratégicos – PBEs” em locais e horários definidos a partir de análise criminal georreferenciada.

MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA – Adquirir armamentos e equipamentos modernos com o objetivo de melhorar a eficiência da segurança pública.

POLÍCIA INTELIGENTE – Explorar recursos de inteligência policial para identificar oportunidades e ameaças, quanto à ocorrência da letalidade violenta e redução de homicídios dolosos, com o fim de subsidiar as investigações policiais no âmbito das divisões especializadas, seccionais e delegacias, objetivando o enfrentamento às causas e fatores de risco, em especial a desarticulação do crime organizado.

PROGRAMA + SEGURANÇA NOS RIOS – Criar 3 novas bases integradas fluviais: Óbidos, Abaetetuba e Itaituba.

IMPLANTAÇÃO DE DELEGACIAS MÓVEIS FLUVIAIS – Para atendimento as populações ribeirinhas.

AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA PRO MULHER – Conjunto de ações de segurança pública voltadas para o atendimento preventivo e repressivo no enfrentamento da violência doméstica.

DELEGACIAS DAS MULHERES – Ampliar o número de Delegacia e promover o atendimento 24h;

INTERIORIZAR OS CENTROS INTEGRADOS DE COMANDO E CONTROLE (CICCRs), PARA OPERAÇÕES DE POLICIAMENTO RURAL E MÓVEIS – Implementar estruturas dotadas de aparato tecnológico, propiciando integração para a celeridade na resposta a incidentes.

PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS – PPDDH – Articular medidas entre os órgãos para a proteção de pessoas ameaçadas em decorrência de sua atuação na defesa dos direitos humanos, com os objetivos de: I - proteger sua integridade pessoal; e II - assegurar a manutenção de sua atuação na defesa dos direitos humanos.

BATALHÕES RURAIS NAS REGIÕES DO ESTADO – Expandir a implantação destes serviços, mediante a vocação das atividades agropecuárias, especialmente voltado para a segurança pública em espaços rurais.

ACOLHIMENTO DE GRUPOS VULNERÁVEIS – Implantar espaços preparados para acolher e encorajar mulheres, pessoas do grupo LGBTQI+, idosos, crianças e adolescentes no processo de rompimento do ciclo da violência, com ambiente reservado e atendimento especializado.

DELEGACIAS DE PROTEÇÃO ANIMAL – Fortalecer a política de proteção aos animais através da criação de Delegacias específicas.

CULTURA

A cultura e a sua preservação permitem a manutenção de uma identidade e cultura únicas e exclusivas que são encontradas apenas nos territórios da Amazônia Paraense. Para isso, se faz necessário sua divulgação para as próximas gerações em

ambientes acadêmicos e escolares, assim como também sua guarda em diferentes mídias que preservem algo tão valioso.

A SECULT investiu em obras do patrimônio material do Pará em importantes espaços culturais como o Theatro da Paz, o restauro completo do Palacete Faciola onde foi implantado também o Museu da Imagem e do Som (MIS) e o DPHAC (Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico e Cultural). Foi entregue à população o novo Museu do Marajó acervo da cultura marajoara e o Museu de Arte Sacra que ganhou importantes melhorias estruturais.

O projeto do Cemitério Soledade segue para ser um parque público, museu e promoção de ações culturais.

O edital Preamar de Cultura e Arte levou fomento ao setor cultural investindo em propostas culturais em 20 linguagens, como cinema, audiovisual, teatro, dança, poesia, dentre outras. Com a Feira do Livro e das Multivozes, cerca de 46 mil visitantes tiveram contato mais próximo com grandes obras literárias e autores.

Propostas Estruturantes:

ESPAÇOS HISTÓRICOS – Promover e implementar novos espaços para a área do turismo no Estado, preservando o patrimônio histórico.

EQUIPAMENTOS URBANOS – Ampliar a oferta de espaços públicos destinados a cultura, esporte e lazer.

REDE DA DIVERSIDADE CULTURAL - Garantir aos setores hoteleiro e turístico em cidades históricas, litorâneas, quilombos, tribos e áreas rurais seu fortalecimento a partir de ações/eventos culturais que atendam critérios de sustentabilidade, meio ambiente e preservação.

FOMENTO A ATIVIDADE CULTURAL – Realizar editais de Cultura, bem como garantir recursos para produção e difusão cultural.

CULTURA NA MÍDIA – Fomentar canais de comunicação para que o turista ou população possam encontrar informações atualizadas e completas, criando mapas interativos para facilitar a locomoção pelos espaços turísticos.

NOVOS NEGÓCIOS TECNOLÓGICOS E CINEMA - Investir produção audiovisual e cultural, na forma de documentários, curtas-metragens e filmes educativos.

TURISMO CULTURAL, SUSTENTÁVEL E CULINÁRIO - Prover condições para a realização de eventos que valorizem a cultura regional alimentar paraense, atrelados à industrialização sustentável para a produção regional, que considere a agregação de valor em pratos típicos e em produtos com origem na região.

BIBLIOTECAS ITINERANTES DIGITAIS COM ACERVOS ATUALIZADOS - Desenvolver ações de incentivo a leitura e o acesso a informação e ao conhecimento em comunidades distantes, de forma digital, atenuando as disparidades sociais e culturais.

2.2 CRESCIMENTO INTELIGENTE

MEIO AMBIENTE

O complexo desafio de promover desenvolvimento econômico, ambientalmente sustentável e socialmente justo requer, uma forte capacidade de articulação e coordenação entre instituições públicas, sociedade civil e setor empresarial. Por entender a transversalidade que caracteriza a agenda ambiental e de Desenvolvimento socioeconômico na Amazônia, o Estado tem se dedicado a cumprir este papel, quer seja:

Nos ambientes de cooperação subnacionais - nos quais se destacam o **Consórcio Interestadual da Amazônia Legal** e a Força-Tarefa de Governadores para o Clima e Florestas (GCFT);

Com a sociedade civil, por meio dos diferentes canais de participação social criados e fortalecidos pelo Estado, como o **Fórum Paraense de Clima (FPMAC)**, o **Conselho Estadual de Povos Indígenas (CONSEPI)** e o 1º Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) do Pará, na bacia do Rio Marapanim e crescimento de 400% no número de validações de Cadastros Ambientais Rurais - CAR

Com o setor privado, nos níveis nacional e internacional, ao qual celebramos, entre outros reconhecimentos, o convite inédito ao Pará pelo **Fórum Econômico Mundial (WEF)**, em Davos, Suíça, em 2022, bem como, as agendas e entregas das COPs de Madrid e Glasgow, e o Fórum Mundial de Bioeconomia, sediado em Belém.

A redução de 11% de 2021 para 2022 do desmatamento ambiental nas áreas do Estado, reflete o compromisso assumido de proteção ambiental no Plano estadual Amazônia Agora e são surpreendentes, equivalem a preservação de área de 377 km²

Propostas Estruturantes:

INSTITUCIONALIDADE – Consolidação da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas

:

Plano Estadual Amazônia Agora:

- Territórios Sustentáveis;
- Fundo da Amazônia Oriental;
- Política Estadual da Bioeconomia;
- Política Estadual de Restauração Ambiental;
- Política Estadual do Regulariza Pará;
- Sistema Estadual de Unidades de Conservação;
- Sistema Jurisdicional de REDD+ (Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal, com conservação ambiental e incremento de estoque de carbono);
- Política Estadual de Incentivos/Pagamentos aos Serviços Ambientais.

USINAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL – Apoiar a implementação como um segmento do Amazônia Agora, a partir do incremento dos arranjos locais para transformação social e garantia de renda para os pequenos produtores, criando um novo Modelo Econômico de Produção.

BIOECONOMIA - Implementar o Plano Estadual de Bioeconomia e entregar o **Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia**, em Belém e criar um **Espaço de Inovação em Bioeconomia**, visando o financiamento em Pesquisa & Desenvolvimento e à interação entre os setores científico-tecnológicos, povos tradicionais, iniciativa privada, sociedade civil e poder público.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS - Desenvolver incentivos para quem protege a floresta e colabora para o enfrentamento às mudanças globais do clima, bem como captar recursos por promover a redução de desmatamento e emissões por meio da instituição do **Sistema Jurisdicional de REDD+** (Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal, com conservação ambiental e incremento de estoque de carbono)

COMBATE AO DESMATAMENTO – Ampliar a **Força Estadual de Combate ao Desmatamento – FECD** e as parcerias com poder público municipal e setor privado, seguindo a lógica de que diálogo contínuo, ferramentas de inteligência de dados e fortalecimento institucional em diferentes níveis para uma gestão ambiental eficiente.

FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA NA OCUPAÇÃO DE TERRA – Recuperar a capacidade do Estado em regular a ocupação de terra e promover atividades econômicas sustentáveis, com incentivo à produção familiar em territórios de PIQCT (Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais) e populações ribeirinhas.

MUNICIPALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL - Apoiar os entes municipais no alcance de metas de políticas públicas nas três esferas; e ampliar o acesso dos municípios a ferramentas tecnológicas e sistemas de informação de uso estadual

PROGRAMA DE UTILIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE FLORESTAS PÚBLICAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL Ampliar a política de implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) para recuperação de áreas alteradas; Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), além de expandir a Concessão de Florestas Públicas para Manejo Florestal e Recuperação de Áreas Degradadas.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O 8º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS), “Trabalho Decente e Crescimento Econômico”, preconiza que os governos devem promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Realizamos ações de fomento através do Programa Amazônia Agora e diversos acordos de cooperação técnica com os municípios para o desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local da mandioca, cacau, açaí, pimenta do reino, psicultura, turismo, gemas e joias.

Destaca-se o aumento de 21% no número de municípios apoiados pelo Estado no desenvolvimento desses arranjos produtivos locais.

Outro aspecto importante foi o aumento de 74% de créditos concedidos correspondente ao aumento do investimento do Governo nas concessões em diferentes linhas de financiamento, como Empodera, Fundo Esperança, além dos programas Incentiva + Pará, que consistiu em pagamento de auxílio para mais de 10 mil empreendedores, garantindo empregos e renda para a população.

Na área do turismo, o Governo do Estado vem investindo fortemente na construção de equipamentos públicos como o Centro de Convenções de Santarém, terminais de integração, orlas e aeroportos em cidades com vocação para a atividade turística.

O Governo investiu mais de R\$ 40 milhões em programas de qualificação profissional como o Qualifica Pará, atendendo em todos os 144 municípios do Estado, com o objetivo de impulsionar a inserção e a reinserção no mercado de trabalho.

A economia do Pará, segundo o CAGED, obteve de janeiro de 2019 a junho de 2022, desempenho superior em relação à geração de emprego com carteira assinada registrado nas últimas duas décadas, com saldo positivo de mais de 140.000 empregos, o que sinaliza a capacidade de geração de emprego e renda no Estado.

A proposta de desenvolvimento econômico do Estado do Pará, alinhada à proposição da Agenda 2030, em todas as suas regiões, para os próximos quatro anos, contempla, assim, a elaboração e a execução de políticas públicas baseadas em estratégias e investimentos na inovação tecnológica, geração de novas oportunidades de emprego e renda para a população, diversificação da base produtiva, implantação de novas empresas e de empreendimentos instalados no Pará a partir de políticas de incentivos e de ambiente propício, com equilíbrio entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente e características de cada região.

Propostas Estruturantes:

POLITICA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS – Ampliar a política de incentivos clara, prioritariamente para negócios de impacto direto na qualidade de vida da população.

SEGURANÇA JURÍDICA – Dar continuidade ao fortalecimento institucional e legal através do redesenho e modernização dos órgãos e políticas estaduais relacionados às questões tributárias, regularização fundiária, ambientais, minerais, industriais e agropecuárias, desburocratizando a legalização e licenciamento das atividades econômicas.

LOGÍSTICA – Avançar na implantação de estruturas de logística intermodal no Estado, garantindo rodovias, portos, aeroportos e ferrovias visando a interligação entre as regiões com melhor qualidade no escoamento da produção e redução dos custos de transporte no Estado.

AGRICULTURA FAMILIAR - Ampliar e fortalecer as políticas públicas no setor agrícola, incentivando e investindo na agricultura de pequeno porte, fundamental para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

AGRICULTURA E PECUÁRIA – Garantir a ampliação do Programa de Regularização Fundiária do Estado e desenvolver ações que garantam a expansão e a qualidade da produção agrícola no Estado.

PESCA E AQUICULTURA- Fortalecer as vocações produtivas da pesca e aquicultura, destacando a piscicultura, carcinicultura e ostreicultura.

BIOECONOMIA - Implementar o Plano Estadual de Bioeconomia e entregar o **Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia**, em Belém e criar um **Espaço de Inovação em Bioeconomia**, visando o financiamento em Pesquisa & Desenvolvimento e à interação entre os setores científico-tecnológicos, povos tradicionais, iniciativa privada, sociedade civil e poder público.

TURISMO - Ampliar os investimentos no turismo, bem como a divulgação e o desenvolvimento de programas de capacitação dos profissionais que atuam no setor, com destaque para o ecoturismo, turismo gastronômico, pesca esportiva, entre outros.

VERTICALIZAÇÃO – Apoiar a criação de mecanismos para melhoria da capacitação técnica com fortalecimento da mão de obra local nos polos de trabalhos industriais, valorizar e alcançar ganhos de mercado nacional e internacional, além de agregar valor aos produtos regionais.

FOMENTO À ENERGIAS RENOVÁVEIS – Incentivar a produção de energias renováveis com destaque para fotovoltaica e o uso de biomassa.

EMPREENDEDORISMO - Estabelecer o mapeamento com base de dados de empreendedores, empresas de base tecnológica, startups, incubadoras e *hubs* de inovação, além de apresentar informações sobre serviços, apoios e iniciativas relacionadas ao setor.

ACESSO À INTERNET - Promover a instalação de pontos de acessos em comunidades tradicionais, quilombos e aldeias visando a oferta de cursos de alfabetização digital.

ECONOMIA DIGITAL – Produzir Tecnologia da Informação por meio da formação de capital humano e empresarial nas diversas áreas do conhecimento necessárias para essa indústria.

QUALIFICAÇÃO - Promover a qualificação profissional que tenha como foco a demanda do mercado de trabalho de acordo com as vocações econômicas de cada região.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Governo do Estado nesta gestão, alocou R\$ 1,5 bilhão na função assistência social, nos programas, projetos, serviços e benefícios dos sistemas integrados de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, e de Socioeducação, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS 1 - Erradicação da Pobreza, 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, 5 - Igualdade de Gênero, 6- Água Potável e

Saneamento, 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, 10 - Redução das desigualdades, 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, fortaleceu a integração dos sistemas de proteção social viabilizando o acesso aos serviços públicos a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social e suas famílias.

Diante da conjuntura econômica causada pela pandemia da covid-19 e com o intuito de amenizar seus efeitos mais graves, como o desemprego, a insegurança alimentar e o aumento da pobreza, o Governo adotou pacote de transferência de renda às populações vulneráveis. Ampliou o Programa Estadual Extraordinário de Renda, o Renda Pará, utilizando os serviços do Banpará para transferir recursos às famílias e trabalhadores.

Foram atendidas 843.097 famílias oriundas do Bolsa Família, que vivem em situação de pobreza, nos 144 municípios paraenses. Além dessa categoria, 34.119 motoristas profissionais receberam individualmente R\$ 500, em cota única.

Outros segmentos contemplados pelo Renda Pará foram os profissionais autônomos, garçons, cabeleireiros, educadores físicos, guias turísticos etc. A esses, foram destinados R\$ 81,1 milhões, em valores individuais de R\$ 500 para 162.201 pessoas.

Também foram beneficiados 23.489 trabalhadores, nas categorias de feirantes, catadores de materiais recicláveis, guardadores autônomos de veículos, dentre outros, com repasses de R\$ 400 e ainda 379 catadores de castanha da Floresta Estadual de Trombetas.

O Governo adotou, ainda, outras medidas de transferência de renda para mitigar os impactos da crise sanitária, apoiando nas despesas das famílias, em distintas necessidades básicas, como o Programa do Vale Gás, para viabilizar a compra de botijões de 13 quilos e o Programa Água Pará prevê o custeio do consumo de água, durante um período de dois anos, a famílias inscritas no Programa Bolsa Família e que registraram um consumo médio mensal de até 20 m³.

O Programa Tarifa Social de Energia Elétrica, uma parceria do Estado com a Empresa Equatorial para viabilizar descontos de 10% a 65% na tarifa da conta de luz, beneficiou aproximadamente 348 mil famílias cadastradas no CadÚnico.

O Governo do Pará apoiou também o Programa de renda cidadã Bora Belém, uma cooperação com a Prefeitura de Belém, que beneficia **famílias** em vulnerabilidade social e sem acesso aos programas governamentais.

Ressalta-se outra iniciativa utilizada na estratégia de enfrentamento da pobreza e inclusão social, no contexto da política de assistência social: o Benefício Estadual de Pessoas Acometidas pela Hanseníase (BEPAH), que atendeu 1.920 pessoas acometidas pela hanseníase, em 109 municípios paraenses. Foram atendidas também 104 famílias em situação de vulnerabilidade temporária, com o Benefício Eventual, que transferiu R\$ 334 mil. Ambos os benefícios buscam assegurar a sobrevivência e promoção da autonomia dessas pessoas.

O Governo, cumprindo um compromisso com a política pública de assistência social, repassou recursos para os municípios paraenses, referentes ao cofinanciamento estadual que apoiou a execução de ações socioassistenciais e a manutenção da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Destacamos ainda os investimentos em Qualificação profissional através do Programa “Qualifica Pará” que está levando qualificação profissional para os 144 municípios do Estado.

Propostas Estruturantes:

POLITICA DE COFINANCIAMENTO - Continuar e expandir o apoio aos 144 municípios para a manutenção e qualificação dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial do SUAS, executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Unidades de acolhimento institucional para crianças, adolescentes, idosos e mulheres.

EMPREGO – Gerar empregos e ampliar a renda da população paraense com ações voltadas para apoiar a abertura e fortalecimento dos mercados

JOVENS - Ampliar as escolas de tempo integral para melhorar a formação dos nossos jovens e prepará-los para o mercado de trabalho, ampliar o Programa implantado de contratação de jovens pela iniciativa privada, com vistas à obtenção do primeiro emprego.

QUALIFICAÇÃO – Dar continuidade e ampliar o “Programa Qualifica Pará” que oferta de qualificação profissional com foco na habilidade desse público e a demanda do mercado de trabalho.

INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS - Integrar as ações de educação, esporte e lazer, cultura, saúde e proteção social de forma a garantir o seu desenvolvimento, especialmente nas comunidades mais pobres através das Usinas da Paz

EXPLORAÇÃO INFANTIL - Aperfeiçoar as ações de combate à exploração sexual e o trabalho infantil.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA- Aprimorar as políticas de acesso à educação, inclusão social, saúde e acessibilidade, das pessoas com deficiência, implantar programas para melhorar a capacitação técnica e a integração das pessoas com deficiência a atividades produtivas, aumentar o acesso das famílias de pessoas com deficiência a recursos do Programa Sua Casa, promover a prática do esporte paraolímpico nas diversas regiões do Estado e aumentar acesso aos programas de transferência de renda, através de apoio técnico e financeiro.

IDOSOS - Ampliar e aprimorar as políticas, os serviços e as estruturas públicas existentes para acolher melhor o idoso.

MULHERES - Ampliar o Programa “Pró-Mulher” com a implantação de novas Delegacias Especializadas, atendimento 24 horas e implantação de serviço especializado de perícia em casos de violência, com ambiente humanizado e acolhedor e ações educativas, contribuindo para a redução dos homicídios de mulheres. Concluir e implantar o Hospital da Mulher, ampliar os programas de qualificação profissional e o Programa Creches por Todo o Pará.

DIVERSIDADE- Ampliar o acesso aos serviços e políticas públicas de saúde, educação, emprego e renda das pessoas LGBTQIAP+ intensificando o combate à violência por meio de políticas de prevenção e atendimento jurídico, psicológico e acolhimento assistencial.

POVOS INDIGENAS E QUILOMBOLAS – Fortalecer ações à favor dos direitos dos povos indígenas e quilombolas, de educação para a saúde e promover a participação de representantes destas comunidades nos espaços de controle social.

DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO, SANEAMENTO E MOBILIDADE

Os investimentos nessa área buscam contribuir para que as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam alcançadas através da execução de ações para a melhoria das condições de habitabilidade de famílias com renda, prioritariamente, até 3 salários mínimos e com intuito de promover e disponibilizar aos usuários o acesso a serviço público e saneamento básico. Para isso, a área de desenvolvimento urbano contribui para o alcance das metas dos ODS 1 - Erradicação da pobreza, ODS 3 - Saúde e qualidade, ODS 5 - Igualdade de Gênero, ODS 6 - Água potável e saneamento, ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura, ODS 10 - Redução das desigualdades, ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis e ODS 12 - Consumo e produção responsável.

Visando melhorar a qualidade de vida da população urbana em todo o Pará, o Governo do Estado investiu, em ações para ampliar as condições de acesso aos serviços urbanos, como habitação, mobilidade e saneamento.

Neste sentido, aumentou o número de famílias atendidas pelo programa habitacional Sua Casa, nas 12 Regiões de Integração, consolidando uma das políticas públicas mais importantes de apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social.

As ações de urbanização para diminuir os domicílios considerados precários e subnormais tem sido intensificadas pelo Governo do Estado, bem como as obras de infraestrutura, com vistas à melhoria da mobilidade em benefício da população, com a entrega de mais de 1000 km de Asfalto por Todo o Pará, em municípios das Regiões de Integração.

Prosseguem em ritmo acelerado as obras para a implantação do Sistema Integrado de Ônibus da Região Metropolitana de Belém, o que irá trazer mais mobilidade para a população.

Na área de Saneamento, o programa de maior significado da infraestrutura urbana é o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, que abrange os bairros de Canudos, Guamá, Terra Firme, Marco e Universitário, beneficiando 250.000 pessoas. As obras do projeto englobam a retificação e os serviços de drenagem do igarapé, o sistema de abastecimento de água, sistema viário e de esgoto e água, além da construção de pontes e passarelas.

A requalificação da rua Padre Bruno Secchi, em Belém, no bairro do Bengui, é um empreendimento que representa importante papel de ligação estrutural para o sistema alimentador de transporte coletivo, além de possibilitar seu uso como corredor alternativo à Avenida Augusto Montenegro e ligação entre o centro de Belém e o Distrito de Icoaraci. É um investimento que envolve obras de instalação da nova rede de drenagem, duplicação da via e nova pavimentação.

A partir de 2019, a COSANPA retomou projetos e iniciou novas obras nos municípios paraenses, com o objetivo de fornecer abastecimento de água de qualidade. O Projeto Caixa D'água Para Todos instalou 10.400 caixas d'água em 25 bairros de Belém, garantindo água de qualidade para a população. Com o mesmo propósito, foram feitas 6.137 ligações domiciliares, beneficiando cerca de 30.685 pessoas.

Propostas Estruturantes:

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - Dar continuidade às ações que visam à regularização fundiária urbana nos municípios de Ananindeua, Belém, Marabá, Redenção e Santarém.

ASFALTO POR TODO O PARÁ – Intensificar o programa Asfalto por Todo o Pará

PROGRAMA SUA CASA - Facilitar o acesso à moradia, ampliação e reforma, por meio do Programa Sua Casa.

BACIA DO TUCUNDUBA –Concluir o projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba – 4ª etapa.

IMPLANTAR NOVAS VIAS DE INTEGRAÇÕES DE POLOS URBANOS – Garantir a infraestrutura de mobilidade sustentável nas médias e grandes cidades

VIADUTOS – Implantar viadutos em interseções e intervenções para melhoria da mobilidade

AVENIDA ANANIN - Requalificação da Rua Ananin em Ananindeua

INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS BRT METROPOLITANO E MUNICIPAL – Conclusão da implantação do sistema troncal metropolitano - BRT, na região metropolitana de Belém.

CICLOVIA NOS MUNICÍPIOS – Estimular e difundir a concepção de alternativa ambientalmente sustentável (Mobilidade Urbana Sustentável), adotando os meios não motorizados de transporte, inserindo-os no cotidiano urbano.

SANEAMENTO - Conclusão de obras de esgotamento sanitário em andamento, nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, e nas obras de abastecimento de água em andamento, nos municípios de Alenquer, Ananindeua, Belém, Breves, Castanhal, Oriximiná e Santarém.

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

As realizações em infraestrutura e logística pretendem contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a exemplo do ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, especialmente à meta 9.1. “Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e

transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos”, e do ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, com a meta 11.2. “Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preços acessíveis para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos”.

Estamos investindo em infraestrutura e logística num total de **285 obras**, sob execução direta do executivo estadual ou indireta, por meio de repasses aos municípios. Tal feito coloca o Pará entre os Estados brasileiros que mais investem no modal rodoviário e no modal hidroviário.

Finalizamos a pavimentação de 30,6 km da PA-252, trecho entre a Vila Castanhandeua até o entroncamento da PA-475, no município de Moju, região Tocantins. Ainda na mesma região, a PA-483, que contribui para o escoamento da produção do Estado, considerando que dá acesso ao porto de Vila do Conde, em Barcarena, teve 16 km ,trecho da Alça Viária até o Trevo do Peteca, totalmente requalificada inclusive com implantação de acostamento.

No município de Alenquer, Região Baixo Amazonas, foi concluída a pavimentação da PA-427, trecho Alenquer entre Vicinal do Cuamba, com extensão de 18,4 0 km.

Diversos trechos urbanos de rodovias estaduais que cortam municípios também foram pavimentados e requalificados, a exemplo da PA-287, que foi duplicada e urbanizada, no município de Redenção, Região Araguaia e da PA-441, no município de Terra Santa, Região Baixo Amazonas.

Outras obras disponibilizadas à população foram as pontes em concreto armado sobre os rios Preto, na vicinal Buritirama, trecho BR-222/Vila União, em Marabá; Capim Miri, na PA-256, trecho BR-010/PA-45,1 em Ipixuna do Pará; Guajará Miri, no município de Acará; e Igarapé Traquateua, localizada na Perna Leste, trecho PA-483 Alça Viária/PA-140, no município de Acará.

A fim de incentivar o desenvolvimento do turismo na região, entregamos o aeroporto de Salinópolis, que passou por obras de reconstrução e ampliação, possibilitando pouso e decolagem de aeronaves com até 60 passageiros.

No modal hidroviário entregamos o Terminal Hidroviário de Santarém e os números indicam que o Pará é o Estado do Brasil que mais investiu na construção e reconstrução de portos públicos de passageiros.

Propostas Estruturantes:

PONTES - Construir pontes em áreas urbanas e rurais melhorando a mobilidade e a logística do Estado.

CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS – Fortalecer a política de asfaltamento e manutenção das rodovias estaduais.

CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE AEROPORTOS – fortalecer a infraestrutura aeroportuária, incentivando o turismo.

CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS E HIDROVIÁRIOS – Construir novos terminais fortalecendo a infraestrutura de passageiros e cargas.

INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS BRT METROPOLITANO E MUNICIPAL – Concluir a implantação do sistema troncal metropolitano - BRT, na região metropolitana de Belém.

ESTRADAS VICINAIS – Fortalecer a Política Estadual de melhoramento das vicinais.

AERÓDROMOS MUNICIPAIS – Reformar os aeródromos municipais como alternativa para ampliar o acesso aos municípios de diversas regiões.

2.3 TRABALHO COM RESPONSABILIDADE

EQUILÍBRIO FISCAL

Informações constantes no Relatório exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para dar transparência à sociedade da saúde financeira dos entes, Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, apontam que o Estado do Pará reverteu a situação deficitária registrada em 2018, quando o resultado do Tesouro Estadual registrou um déficit primário de R\$ 1,5 bilhão e, nos três exercícios subsequentes, o Estado apresentou superávit nas suas contas primárias com R\$ 1,00 bilhão em 2019; R\$ 1,02 bilhão em 2020 e R\$ 498 milhões em 2021.

Mesmo diante de um quadro econômico adverso, ocasionado pelos efeitos negativos da COVID -19, a rigidez orçamentária e a responsabilidade fiscal e social caminharam juntas no sentido de atender aos setores econômicos e às pessoas mais vulneráveis à pandemia, principalmente no que diz respeito às transferências diretas de rendas espalhadas em diversos programas de Estado como Renda Pará, Fundo Esperança, Água Pará, Reencontro da Escola, Vale Gás, Incentiva Mais Pará e Bora Belém.

O equilíbrio das contas públicas é um dos elementos financeiros para criar um ambiente logístico, com infraestrutura social e econômica capaz de ampliar os investimentos privados já existentes e atrair novos empreendimentos para o Estado e, assim, determinantes para ampliação do emprego e da renda dos paraenses.

Isso fez com que entre janeiro de 2019 a junho de 2022, o Estado do Pará investisse quase R\$ 8,4 bilhões.

Propostas Estruturantes:

INCREMENTO DA RECEITA PRÓPRIA – Acelerar a modernização da cobrança de impostos e taxas, concluindo a implantação dos sistemas de controle de arrecadação, cobrança e fiscalização, e os sistemas de tratamento e cruzamento de dados em massa e do controle de mercadorias em trânsito nos meios rodoviários e hidroviários.

FONTES DE RECURSOS – Diversificar fonte de recursos através de captação de empréstimos internos, externos e de fontes ligadas à bioeconomia.

BENEFÍCIOS FISCAIS - Implantar sistema de mensuração de benefícios fiscais para avaliação das políticas de incentivo.

ATIVOS FINANCEIROS – Reavaliar os ativos reais e financeiros do Estado no sentido de se tornarem elementos financiadores do desenvolvimento do Estado.

PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO – Acelerar o programa de parcerias público-privadas e de concessões.

AVALIAÇÃO E CONTROLE DOS GASTOS – Implantar novo Sistema de Administração Financeira, com modernos instrumentos contábeis e de gestão, interligando orçamento, receitas e desembolso financeiro, propiciando funcionalidades para administrar custos, cadeia logística, patrimônio, contratos e convênios.

AVALIAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS PÚBLICAS – Adotar Sistema de Obras Públicas que permita visão estratégica e geoespacial dos investimentos, além da execução física e financeira das obras.

2.4 GESTÃO PÚBLICA PRESENTE

MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Um marco da nossa gestão foi o Governo Presente, garantindo o serviço público com qualidade para todo o estado, além de nos aproximar com as realidades locais e assim poder planejar as melhores ações e projetos para nossa gente.

Não podemos esquecer que para a efetivação das políticas públicas com a agilidade e qualidade dos serviços prestados e ofertados pelo Estado, a adoção de um modelo de gestão que priorize a modernização e a inovação das práticas e processos é fator fundamental para a transformação e ampliação dos resultados decorrentes das ações governamentais desenvolvidas no interesse da sociedade, como a implantação de 100% do PAE- Processo Administrativo Eletrônico e lançamento do Planejamento do Longo Prazo Pará 2050.

Para os próximos 4 anos, com o objetivo de dar continuidade ao processo de integração territorial faz-se necessário ampliar a qualidade dos Investimentos em todo Estado. O compromisso de apoio aos municípios contempla, cada vez mais, um olhar estratégico para realidade de cada região, respeitando as especificidades, a vocação econômica, as demandas e as fragilidades das diversas áreas deste extenso Estado.

Com esse olhar diferente na distribuição dos investimentos prosseguimos buscando iniciativas que assegurem a contínua alocação de recursos públicos na ampliação de ações de captação de recursos especiais para o Estado. Prospectar fontes de financiamento internas e externas, direcionadas ao aumento de ofertas de linhas e programas de apoio financeiro à implementação de políticas públicas e de investimentos estruturantes, nas áreas de Saneamento, Infraestrutura, Educação, Segurança, Desenvolvimento Regional e de Sustentabilidade Ambiental, desonerando o

Tesouro Estadual, auxiliará o Estado a impactar positivamente na qualidade de vida da população.

Propostas Estruturantes:

PARÁ 2050 – Implementar o planejamento de longo prazo do Estado do Pará, envolvendo todos os municípios, sociedade civil organizada, setor produtivo, universidades, entre outros.

ESTAÇÕES CIDADANIAS – Concluir as estações cidadania de Breves e Itaituba e implantar novas unidades nas diversas regiões.

VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR - Valorizar o servidor público a partir do aprimoramento de sua capacidade técnica, incentivando a qualificação e desenvolvimento de novas habilidades, bem como o estímulo a criatividade e inovação

SAÚDE DO SERVIDOR - Implementar ações que foquem no bem-estar do servidor, oferecendo melhores condições de trabalho, buscando a qualidade de vida e valorizando as boas práticas.

CONCURSO PÚBLICO - Promover concursos públicos para atualizar os quadros de pessoal.

CARGOS E CARREIRAS – Criar ou reestruturar plano de cargos e carreiras e remunerações existentes, para atualização, modernização e reenquadramento funcional dos servidores, além de valorizar o desempenho profissional.

GOVERNO DIGITAL – Implementar amplo programa de digitalização dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos e empresas, tornando acessíveis via internet.

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL – Ser referência no fortalecimento e modernização da transparência pública e na qualidade das informações, melhorando as ferramentas institucionais e otimizando os processos administrativos.